



Como sair do labirinto? Em defesa do Federalismo Europeu

A União Económica e Monetária foi concebida com deficiências genéticas. As vozes que para tal alertaram, não foram escutadas atempadamente.

A União Económica e Monetária foi concebida com deficiências genéticas. As vozes que para tal alertaram, não foram escutadas atempadamente. A crise da Zona Euro demonstra, mais uma vez, que quando nos esquecemos da realidade, ela persegue-nos até fazer valer os



POR
**Viriato
Soromenho-
Marques**

Professor catedrático na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

seus direitos. A bomba binária da crise europeia – a combinação letal entre as disfuncionalidades de um sistema financeiro hipertrofiado e de uma dívida pública desmesurada e exposta à especulação dos mercados – só poderá ser superada por um novo relançamento da intencionalidade política que presidiu à saída da Europa do mar de ruínas da II Guerra Mundial. Esse revigorar da finalidade política, isto é, da reorientação da integração europeia no sentido da construção de uma ordem política e constitucional de matriz federal encontra resistências no plano cultural que não resistem a um exercício crítico, como aquele que é exercido neste breve ensaio.

OS PRECONCEITOS ANTIFEDERALISTAS NA EUROPA

Os tempos de chumbo e brasa, como estes em que a Europa mergulhou, são propícios à revelação da verdade, em toda a sua dureza e crueldade. Descobrimos que os sistemas das democracias nacionais na Europa produziram uma elite governativa incompetente, venal, e medíocre, não só incapaz de estar à altura da crise sistémica e complexa que enfrentamos, como, infelizmente, suficientemente inepta para agravar com sucessivas “decisões”, à escala nacional e/ou europeia. Só uma profunda iliteracia política, isto é, a falta de preparação técnica mínima por parte de quem fez carreira política não a estudar as ciências da governação, mas na conspiração das seitas partidárias, é que explica a ausência de referências sérias, e, até mesmo, a hostilidade analfabeta ao federalismo. Infelizmente, os políticos profissionais são bem acompanhados na superstição antifederalista por muitos intelectuais e académicos europeus, que não hesitam em opinar sobre o que nunca estudaram. A agenda da renovação cívica e democrática na Europa é, deste modo, tão gigantesca quanto incontornável.

No plano cultural mais vasto, uma das objecções que constantemente se escuta à efectiva edificação de uma união federal na Europa, é a chamada de atenção para a profunda diversidade reinante entre os europeus. Seja no plano linguístico, seja no domínio da religião e outras concepções do mundo

mais abrangentes, ou, até, numa relativa diversidade étnica, os europeus apresentam assinaláveis diferenças, que se juntam à diversidade das suas economias e das suas culturas políticas.

CONTRA A FALÁCIA “NATURALISTA” DA HOMOGENEIDADE

Como frequentemente ocorre, com muitas falácias que se escondem sob a capa de argumentos, esta objecção não resiste a uma reflexão um pouco mais profunda. O que lhe está latente é uma atitude negativa face à diversidade, em favor da apologia da homogeneidade. Uma unidade política só poderia resultar, seguindo a lógica interna do “argumento” até ao seu limite, de uma valorização extrema do que é idêntico. Seja a matriz étnica, seja a nascente religiosa, seja a expressão linguística e cultural. Esta lógica pode ser desmentida, tanto no plano meramente empírico como, e isso é ainda mais importante, no âmbito de uma fundamentação conceptual. Se os defensores da virtude da homogeneidade tivessem razão todas as experiências federais e confederais seriam virtualmente impossíveis de conhecerem sucesso prático. A pluralidade cultural de países como os EUA e o Brasil, ou a diversidade linguística da Confederação Helvética, tornariam improváveis, ou inexplicáveis, fenómenos de sociedades, profundamente diversas, com séculos de história comum bem-sucedida. Pela inversa, se a mesmidade fosse condição para o sucesso político a América Latina seria um mistério indecifrável. Por que razão o maior país, o Brasil, colonizado basicamente pelos católicos portugueses, manteve a sua unidade num patamar federal, enquanto o restante território, colonizado principalmente por católicos espanhóis se fragmentou numa multidão de Estados soberanos? E não se julgue que estamos a aludir a tendências para um pluralismo que só se teriam acentuado muito mais tarde, já depois da independência destes Estados. Não é verdade. Nos EUA, por exemplo, a profunda diversidade, de religiões e culturas, já se encontrava bem atente no período dos Pais Fundadores.

No domínio conceptual, a raiz da objecção contra o federalismo efectua-

da em nome do privilégio da homogeneidade abriga-se não num conceito, mas sim num preconceito, que poderemos designar como uma *metafísica naturalista da identidade política*. De acordo com ele, a identidade política não resultaria de nenhuma acção política, entendida como uma faculdade



Não é inevitável que a lucidez seja impotente perante a catástrofe em marcha, com epicentro na Europa. A chave para tal passa, precisamente, pela capacidade de os europeus reinventarem a sua identidade política, numa perspectiva federal

humana autónoma, capaz de construir as suas redes próprias de decisão, de determinar as suas margens de abertura ao novo, conhecendo a inércia “natural” das coisas, para as vencer. Pelo contrário, a política seria apenas o mero reflexo de realidades naturais brutas, como o “sangue”, o “solo”, ou dos seus derivados culturais, como a língua e a religião. Não é difícil depreender que esta perspectiva se abre para todos os discursos ideológicos simplificadores que campeiam, em especial nas direitas não-democráticas, apontando para a intolerância racial, religiosa, de género, sexual, entre muitas outras que apenas poderemos imaginar. Ou, dito de outra forma, esta visão do primado absoluto da homogeneidade acaba por ser uma forma extrema e grotesca de espírito de facção, no sentido que James Madison dava a essa categoria.

Os argumentos “naturalistas” contra o federalismo na Europa serão responsáveis, se prevalecerem, por um recuo histórico nos padrões de qualidade de vida e de civilização de mais de 500 milhões de europeus, sem paralelo desde a última grande guerra mundial. E, no entanto, não é inevitável que a tragédia prevaleça. Não é inevitável que a lucidez seja impotente perante a catástrofe em marcha, com epicentro na Europa. A chave para tal passa, precisamente, pela capacidade de os europeus reinventarem a sua identidade política, numa perspectiva federal.

AS TAREFAS DO FUTURO EXIGEM O FEDERALISMO EUROPEU

Se fizermos o indispensável exercício de auscultar as tribulações do presente a partir das inevitáveis tarefas que o futuro nos impõe, verificaremos que não existe nem uma só de entre essas tarefas que cada Estado europeu, isoladamente considerado, esteja em melhores condições do que uma União Europeia federalmente unida, para enfrentar e vencer. Desde logo, o agravar da crise da União Económica e Monetária ao longo dos últimos anos, desmentindo as continuadas declarações da sua superação, comprovam que nenhum dos seus principais problemas poderá ser resolvido fora de um quadro sistémico de recorte federal, e, ainda menos, por qualquer país isoladamente. Quer se trate da fragmentação do mercado da dívida pública, quer da agonia do sistema bancário, e da recessão generalizada e prolongada, que se traduz igualmente nos números crescentes do desemprego, e na dificuldade de acesso a crédito das pequenas e médias empresas, nenhum destes problemas poderá ser resolvido fora de uma estratégia solidária que encontrará, apenas, numa solução federal a sua expressão mais adequada.

Mas, a tarefa de refundação da UEM só poderá conduzir a uma tarefa comum ainda maior, e que consiste no combate à raiz da instabilidade global, que tem centro na desmesura e na desregulação dos mercados financeiros. Só com uma firme unidade de propósito e de estrutura, poderá a União Europeia, tomar um papel activo nessa tarefa que deverá ser partilhada com os EUA e com os grandes países emergentes.



O mesmo primado da unidade tendo em vista vencer dificuldades que superaram as forças particulares, ou de uma identidade comum forjada no âmbito de uma comunidade de destino tendo em vista a demanda por um futuro comum, poderá ser encontrado nos domínios da segurança e da defesa, tanto contra o perigo de derivas hegemónicas de potências extra-europeias, como contra ameaças não convencionais, como é o caso das novas modalidades de terrorismo. Da mesma forma, os europeus só poderão dar uma resposta positiva ao desafio ontológico das crises conjugadas do ambiente e das alterações climáticas (em fase aguda de aceleração, como a investigação mais recente o comprova) se mantiverem a sua escala conjunta a todos os níveis. Tal desafio implica um conjunto coordenado e optimizado de políticas públicas de dimensão europeia, que passam pela inovação científica e tecnológica, pela revolução energética, centrada nas renováveis e na eficiência energética, pela sustentabilidade agrícola e pela segurança alimentar, pela intransigência na defesa de um ordenamento do território que garanta a diversidade biológica.

Só no âmbito duma autêntica União Europeia será possível garantir a sustentabilidade dos direitos humanos reconhecidos na Carta dos Direitos



Não existe alternativa ao federalismo, caso a Europa não pretenda voltar a tombar no caos político, na desordem económica e na miséria social, arrastando consigo o resto do mundo

Fundamentais, incluindo os direitos económicos e sociais, que constituem a base do famoso “modelo social europeu”, fortemente ameaçado pela estratégia de austeridade vigente, que lhe é completamente hostil. Também só numa plataforma europeia poderão os europeus honrar os seus compromissos e obrigações para com as Nações Unidas e outras organizações internacionais.

SÓ PELA RAZÃO É POSSÍVEL VISAR O FUTURO

Há momentos na história humana em que a razão se transforma num frágil foco de luz, tremulando sob o peso de um oceano de espessas sombras que o ameaçam obscurecer. Numa Europa onde tudo parece caminhar no sentido contrário ao da esperança, vivemos um desses momentos. Que as políticas destinadas a resgatar a Grécia, a tenham lançado ainda mais no abismo, que Portugal, a Irlanda, o Chipre, e mesmo países ainda não intervencionados, como a Espanha e a Itália vejam agravadas as suas condições económicas e financeiras em todos os domínios, que as alegadas “soluções” encontradas em sucessivos Conselhos Europeus aumentem, ainda mais, a separação entre os países e a retracção e fragmentação dos sistemas financeiros, tudo isso são sintomas de que o medo e a paixão tendem a substituir a racionalidade nos gabinetes governamentais e, pelo menos em parte, na consciência confusa que os cidadãos têm sobre tudo o que acontece à sua volta. No entanto, não existe alternativa ao federalismo, caso a Europa não pretenda voltar a tombar no caos político, na desordem económica e na miséria social, arrastando consigo o resto do mundo.

No seu livro fundamental, *Assim Falava Zarathustra*, Friedrich Nietzsche fazia uma distinção entre a antiga nobreza e a nova nobreza, de que a Europa e o mundo tanto careciam. A antiga nobreza era anunciada pela partícula “de” (*von*), que sempre precede o nome das velhas famílias aristocráticas alemãs. A “nova nobreza” (*der neue Adel*), designada também por Nietzsche como os “semeadores do futuro” (*Säemänner der Zukunft*) seria definida já não por um “de onde” (*woher*), designando uma origem de sangue e linhagem herdada passivamente pelo nascimento, mas por um “para onde” (*wohin*), indicando a deliberada aposta num rumo feito em conjunto. Se a Europa quiser sobreviver nesta fase crucial da história humana, não há que hesitar: a nossa nova identidade política como cidadãos europeus, que nunca se oporá, antes complementar a identidade como cidadãos dos nossos Estados nacionais, terá de ser projectada pelos desafios de futuro. Terá de estar à altura da grandeza que eles exigem de nós, se quisermos prevalecer. ■